



CONTAS
DA
RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SGPS, SA



4979 077

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

Activo	2006			2005		Capital próprio e passivo	2006	2005
	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo Líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:		
Imobilizações incorpóreas:						Capital	710 948 965,00	639 698 965,00
Despesas de instalação	1 437 148,84	1 437 148,84	-	-	-	Acções (quotas) próprias - Valor nominal	-	-
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 896 579,43	1 557 384,29	339 195,14	1 454 729,03	-	Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	Prestações suplementares	122 681 850,56	122 681 850,56
Trespases	-	-	-	-	-	Prémios de emissão de acções (quotas)	-	-
Arquivo audiovisual	121 503 149,57	-	121 503 149,57	121 503 149,57	-	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	1 389 148,52	1 389 148,52
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	Reservas de reavaliação	2 047 406,17	2 130 394,73
Adiantamentos por conta imobilizações incorpóreas	-	-	-	-	-	Reservas:		
	124 836 877,84	2 994 533,13	121 842 344,71	122 957 878,60		Reservas legais	1 623,74	1 623,74
Imobilizações corpóreas:						Reservas estatutárias	1 523 369,11	1 523 369,11
Terrenos e recursos naturais	2 719 814,08	-	2 719 814,08	2 719 814,08	-	Reservas contratuais	-	-
Edifícios e outras construções	10 726 234,60	4 285 272,63	6 440 961,97	6 703 297,08	-	Outras reservas	8 322 094,91	8 322 094,91
Equipamento básico	8 326 565,63	7 815 539,75	511 025,88	734 756,45	-	Resultados transitados	(1 532 849 954,25)	(1 501 003 131,07)
Equipamento de transporte	500 595,83	478 624,23	21 971,60	54 209,29	-	Subtotal	(685 935 496,24)	(725 255 684,50)
Ferramentas e utensílios	48 896,60	48 896,60	-	220,95	-	Resultado líquido do exercício	(24 733 115,41)	(31 929 811,74)
Equipamento administrativo	6 430 422,50	5 646 091,20	784 331,30	1 219 567,02	-	Dividendos antecipados	-	-
Taras e vasilhame	-	-	-	-	-	Total do capital próprio	(710 668 611,65)	(757 185 496,24)
Outras imobilizações corpóreas	156 416,78	156 125,22	291,56	381,37	-			
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-			
Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas	17 852,53	-	17 852,53	17 852,53	-			
	28 926 798,55	18 430 549,63	10 496 248,92	11 450 098,77				
Investimentos financeiros:						PASSIVO:		
Partes de capital em empresas do grupo	54 052 500,95	-	54 052 500,95	73 384 330,79	-	Provisões:		
Empréstimos a empresas do grupo	-	-	-	-	-	Provisões para pensões	51 220 673,82	52 101 761,90
Partes de capital em empresas associadas	-	-	-	-	-	Provisões para impostos	-	2 393 548,22
Empréstimos a empresas associadas	-	-	-	-	-	Outras provisões	5 285 950,25	6 330 390,79
Partes de capital em outras emp. participadas	-	-	-	-	-		56 506 624,07	60 825 700,91
Empréstimos a outras empresas participadas	-	-	-	-	-	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Investimentos em imóveis - Terrenos e rec. naturais	-	-	-	-	-	Adiantamentos de Clientes	-	-
Investimentos em imóveis - Edif. e outras construções	-	-	-	-	-	Empresas do Grupo	-	-
Outros títulos e aplicações financeiras	2 783 702,02	86 566,84	2 697 135,18	3 845 814,99	-	Empresas associadas	-	-
Imobilizações em curso	-	-	-	-	-	Empresas participadas e participantes	-	-
Adiantamentos por conta investimentos financeiros	-	-	-	-	-	Outros accionistas (sócios)	-	-
	56 836 202,97	86 566,84	56 749 636,13	77 230 145,78		Adiantamentos por conta de vendas	-	-
CIRCULANTE:						Empréstimos por Obrigações	-	-
Existências:						Empréstimos por títulos de participação	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	Dividas a instituições de crédito	863 125 000,00	900 000 000,00
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	Fornecedores, c/c	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-	-	Fornecedores - Títulos a pagar	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-	-	-	-	Fornecedores de imobilizado	-	-
Mercadorias	-	-	-	-	-	Outros empréstimos obtidos	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	-	-	-	-	Outros credores	-	-
	-	-	-	-	-	Subscritores de capital	-	-
	-	-	-	-	-		863 125 000,00	900 000 000,00
Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:						Dividas a terceiros - Curto prazo:		
Clientes, c/c	-	-	-	-	-	Clientes, c/c	-	-
Clientes - Títulos a receber	-	-	-	-	-	Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-	Adiantamentos de clientes	-	-
Empresas do grupo	-	-	-	-	-	Empresas do Grupo	29 663 764,65	28 739 195,72
Empresas associadas	-	-	-	-	-	Empresas associadas	-	-
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-	-	Empresas participadas e participantes	-	-
Outros accionistas (sócios)	-	-	-	-	-	Outros accionistas (sócios)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	Adiantamentos por conta de vendas	-	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	-	Empréstimos por Obrigações	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	Empréstimos por títulos de participação	-	-
Subscritores de capital	-	-	-	-	-	Dividas a instituições de crédito	60 300 254,41	40 414 565,98
	-	-	-	-	-	Fornecedores, c/c	2 075 514,49	2 167 307,32
Dividas de terceiros - Curto Prazo:						Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	287 133,67	392 679,24
Clientes, c/c	57 798,41	-	57 798,41	441 874,37	-	Fornecedores - Títulos a pagar	-	-
Clientes - Títulos a receber	-	-	-	-	-	Fornecedores de imobilizado	30 957,06	387 784,54
Clientes de cobrança duvidosa	20 337 239,55	20 337 239,55	-	-	-	Outros empréstimos obtidos	-	-
Fornecedores, c/c	-	-	-	-	-	Estado e outros entes públicos	1 218 092,44	1 185 721,46
Fornecedores - Títulos a pagar	-	-	-	-	-	Outros credores	1 624 320,86	1 981 213,37
Empresas do grupo	46 160 133,63	-	46 160 133,63	7 627 781,84	-	Subscritores de capital	-	-
Empresas associadas	-	-	-	-	-		95 200 037,58	75 268 467,83
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-	-	Acréscimos e diferimentos:		
Outros accionistas (sócios)	285,60	-	285,60	10 564,07	-	Acréscimos de custos	20 484 623,11	18 692 176,48
Adiantamentos a fornecedores	105 041,70	-	105 041,70	205 357,93	-	Proveitos diferidos	-	104,60
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	-		20 484 623,11	18 692 281,08
Estado e outros entes públicos	4 786 581,53	-	4 786 581,53	5 551 571,31	-			
Outros devedores	59 148 592,76	14 218 610,67	44 929 982,09	45 424 123,82	-			
Subscritores de capital	13 950 000,00	-	13 950 000,00	-	-			
	144 545 673,18	34 555 850,22	109 989 822,96	59 261 273,34				
Títulos negociáveis:						Total do passivo		
Títulos negociáveis	-	-	-	-	-		1 035 316 284,76	1 054 786 449,62
Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	-	-			
	-	-	-	-	-			
Depósitos bancários e caixa:						Total do capital próprio e do passivo		
Depósitos bancários	235 485,11	-	235 485,11	646 259,50	-		324 647 673,11	297 600 953,38
Caixa	10 231,89	-	10 231,89	8 952,79	-			
	245 717,00		245 717,00	655 212,29				
Acréscimos e diferimentos:								
Acréscimos de proveitos	13 589 553,44	-	13 589 553,44	12 367 018,26	-			
Custos diferidos	11 734 349,95	-	11 734 349,95	13 679 326,34	-			
	25 323 903,39		25 323 903,39	26 046 344,60				
Total de amortizações	-	21 493 125,50	-	-	-			
Total de ajustamentos	-	34 574 374,32	-	-	-			
Total do activo	380 715 172,93	56 067 499,82	324 647 673,11	297 600 953,38		Total do capital próprio e do passivo	324 647 673,11	297 600 953,38

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O Director Financeiro

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	2006	2005
CUSTOS E PERDAS		
Custo das mercadorias e das matérias consumidas:		
Mercadorias	-	-
Matérias	-	-
Fornecimentos e serviços externos	3.498.779,60	4.123.673,09
Custo com o pessoal:		
Remunerações	7.970.341,69	6.743.427,17
Encargos Sociais:		
Pensões	559.516,56	609.887,36
Outros	2.629.663,53	2.338.308,73
Amortizações e ajustamentos do exercício	2.832.453,13	3.081.341,64
Provisões	940.192,74	72.554,09
Impostos	2.423.966,73	2.549.667,50
Outros custos e perdas operacionais	92.923,58	94.251,06
(A)	<u>20.947.837,56</u>	<u>19.613.110,64</u>
Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	-	-
Juros e custos similares:		
Relativos a empresas associadas	-	-
Perdas relativas a empresas associadas	19.700.082,62	20.190.997,11
Outros	33.594.181,81	27.515.705,50
(C)	<u>53.294.264,43</u>	<u>47.706.702,61</u>
Custos e perdas extraordinários	8.640.546,95	11.133.267,04
(E)	<u>82.882.648,94</u>	<u>78.453.080,29</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	(77.584,24)	(232.797,39)
(G)	<u>82.805.064,70</u>	<u>78.220.282,90</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(24.733.115,41)</u>	<u>(31.929.811,74)</u>
	<u>58.071.949,29</u>	<u>46.290.471,16</u>
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas:		
Mercadorias	-	-
Produtos	-	-
Prestações de serviços	53.995.474,23	35.233.669,61
Variação da produção	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-
Proveitos suplementares	-	438.269,47
Subsídios à exploração	315.480,16	326.763,64
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.092.470,86	591.764,31
Reversões de amortizações e ajustamentos	521.270,43	1.270.777,88
(B)	<u>55.924.695,68</u>	<u>37.861.244,91</u>
Ganhos de participações de capital:		
Relativos a empresas associadas	368.252,78	778.284,08
Relativos a outras empresas	-	-
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
Relativos a empresas associadas	-	-
Outras	19.705,64	19.482,00
Outros juros e proveitos similares:		
Relativos a empresas associadas	-	-
Outras	313.366,01	381.661,27
(D)	<u>701.324,43</u>	<u>1.179.427,35</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	1.445.929,18	7.249.798,90
(F)	<u>58.071.949,29</u>	<u>46.290.471,16</u>
Resultados operacionais	(B) - (A)	18.248.134,27
Resultados financeiros	[(D)-(B)]-[(C)-(A)]	(46.527.275,26)
Resultados correntes	(D)-(C)	(28.279.140,99)
Resultados antes de impostos	(F)-(E)	(32.162.609,13)
Resultado do exercício	(F)-(G)	(31.929.811,74)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O Director Financeiro



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

N.B.

NOTA INTRODUTÓRIA

A RTP foi constituída em 1955, tendo como objecto a exploração, mediante concessão outorgada pelo Estado, do Serviço Público de Televisão e bem assim a cedência de tempo das suas emissões, a emissão de televisão com inclusão de publicidade, venda e aluguer de filmes com programas.

Em 2003, através da Lei n.º 33/2003 de 22 de Agosto que aprovou a reestruturação do sector empresarial do Estado na área do audiovisual, a Radiotelevisão Portuguesa, S.A. foi transformada em sociedade gestora de participações sociais com capitais exclusivamente públicos, passando a denominar-se RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "RTP SGPS"). A RTP SGPS tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, de modo particular em sociedades com capital total ou parcialmente público que desenvolvam actividade nos domínios da comunicação social, do multimédia, da comunicação *online* e da produção de conteúdos.

À RTP SGPS foram atribuídas por lei, tanto a concessão geral, como a concessão especial do Serviço Público de Televisão (Arts. 48º e 51º da Lei nº 33/2003, de 22 de Agosto), tendo sido celebrado o Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão com o Estado Português, o qual prevê a obrigatoriedade do Estado efectuar o pagamento de indemnizações compensatórias destinadas a financiar este Serviço Público. De acordo com a Lei 33/2003, a exploração deste serviço é da responsabilidade da **RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA – SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO, S.A. ("RTP-SPT")**, pelo que a 15 de Janeiro de 2004 foi celebrado um contrato entre a RTP SGPS e RTP-SPT que esclarece ser esta empresa "que tem necessidade de auferir as compensações financeiras do Estado, pelo que será ela que deverá beneficiar dos correlativos direitos".

Durante o ano 2004, com a constituição da RTP-SPT, a RTP SGPS assumiu definitivamente as funções que lhe foram atribuídas, passando para a RTP-SPT todas as responsabilidades com o Serviço Público de Televisão.

Por força da Lei n.º 8/2007 de 14 de Fevereiro, que produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, a RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SGPS, S.A. adopta a forma de sociedade anónima e a denominação de RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A. e passa a ter como objecto principal a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão, nos termos das Leis da Rádio e da Televisão e dos respectivos contratos de concessão.

São incorporadas na RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., a RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA – SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO, S.A., a RADIODIFUSÃO PORTUGUESA, S.A., e a RTP – MEIOS DE PRODUÇÃO, S.A..

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3/4/20



3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Apesar da entrada em vigor da Lei n.º 8/2007 de 14 de Fevereiro, conforme referido na Nota Introdutória, verifica-se o princípio da continuidade das operações, dado que a Empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas, nem procedeu à realização de quaisquer ajustamentos precedentes à ocorrência desse facto.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do Grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas incluem essencialmente o valor do arquivo audiovisual (121.503.149,57 Euros), valorizado ao custo de Euro/Hora de programa gravado com Direitos Plenos.

As restantes imobilizações incorpóreas encontra-se registadas ao custo de aquisição.

À excepção do arquivo audiovisual, as imobilizações incorpóreas estão a ser amortizadas de acordo com a depreciação efectiva e tendo em conta os princípios contabilísticos geralmente aceites e aplicáveis na circunstância.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e consideram as reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária.

As amortizações são calculadas, em base duodecimal, sobre o valor do custo histórico ou reavaliado, pelo método das quotas constantes, de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, que traduzem, de forma razoável a vida útil esperada para os referidos bens:

Como resultado das reavaliações efectuadas (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram aumentadas em 82.988,56 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).



c) Investimentos financeiros

1. Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, com excepção da empresa Multidifusão, que se encontra inactiva.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas".

Os custos de aquisição são assim acrescidos no montante correspondente à proporção nas variações positivas do capital próprio da participada, e reduzidos no valor correspondente à proporção nas variações negativas de capital próprio até ao limite do saldo da conta, sendo constituída uma provisão para outros riscos e encargos sempre que tal se revele adequado, ajustando as partes de capital quando este se torna inferior ao registado na contabilidade, por forma a cobrir as responsabilidades da empresa nas variações negativas do capital próprio da participada.

2. Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. As perdas estimadas na realização das participações financeiras encontram-se registadas na rubrica "Ajustamentos de investimentos financeiros" (Nota 10).

d) Ajustamento de dívidas a receber

Os ajustamentos às dívidas a receber são registados atendendo às perdas estimadas, totais ou parciais, pela não cobrança das contas a receber.

e) Provisão para processos judiciais em curso

A provisão para processos intentados contra a Empresa, em contencioso à data de Dezembro de 2006 foi avaliada com base na informação disponível acerca dos referidos processos, não transitados em julgado àquela data.

f) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) Férias e subsídio de férias

As férias, subsídio de férias e encargos com a segurança social são registados como custo no ano em que os empregados adquirem o direito ao seu reconhecimento. Consequentemente, o valor de férias e subsídio de férias vencidos e não pagos à data do balanço, assim como o correspondente valor de encargos da entidade patronal com Segurança Social, foi relevado na rubrica de acréscimos de custos com pessoal, em cumprimento com o princípio contabilístico da especialização.

h) Complementos de reforma e responsabilidades com cuidados de saúde

O valor actual das responsabilidades da Empresa com prestações de saúde, relativamente aos funcionários no activo, pré-reformados e reformados, é determinado com base em estudos actuariais, elaborados por uma empresa independente de actuários.

Para cobertura destas responsabilidades são reconhecidas provisões específicas para pensões, reformas e cuidados médicos futuros, de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19.

As responsabilidades com complementos de reforma, registadas em conformidade com o estipulado no normativo acima referido, tiveram de 2005 para 2006 a evolução que se apresenta seguidamente:

Responsabilidades com serviços passados em 31-12-2005	48.490.996,90
Pensões pagas em 2006	(3.529.231,08)
Aumento das responsabilidades	225.513,00
Perdas actuariais	781.385,00

Responsabilidades com serviços passados em 31-12-2006	45.968.663,82
	=====

As perdas actuariais resultantes da alteração dos pressupostos actuariais, no montante de 781.385,00 Euros, foram reconhecidas na rubrica de Outros custos e perdas extraordinários.

As responsabilidades com os cuidados médicos tiveram de 2005 para 2006 a evolução que se apresenta seguidamente:

Responsabilidades com serviços passados em 31-12-2005	3.610.765,00
Custos de saúde em 2006	(438.299,00)
Aumento das responsabilidades	205.400,00
Perdas actuariais	1.874.144,00

Responsabilidades com serviços passados em 31-12-2006	5.252.010,00
	=====

As perdas actuariais resultantes da alteração dos pressupostos actuariais, no montante de 1.874.144,00 Euros, foram reconhecidas na rubrica de Outros custos e perdas extraordinários.



Este estudo actuarial reporta-se a Junho de 2006; uma actualização desse estudo a Dezembro de 2006, com os mesmos pressupostos, conduziria à redução das perdas actuariais em 867.327,00 Euros. No entanto, este estudo não fez reflectir a aleatoriedade desta despesa, nomeadamente a que poderá advir da extinção do estatuto da caixa de jornalistas, pelo que foi decidido, por prudência, manter a responsabilidade anteriormente registada.

i) Pré-reformas

Os custos de reestruturação relacionados com rescisões, pré-reformas e suspensões foram relevados nos exercícios em que os funcionários aderentes passaram a estas situações, sendo que mensalmente todos os valores pagos são regularizados em contrapartida da conta de acréscimos de custos respectiva.

j) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes nas datas da sua constituição.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças ou pagamentos, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

l) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente empréstimos bancários de médio e longo prazo e empréstimos em conta corrente de curto prazo.

Os encargos com estas operações são reconhecidos como custo do exercício no período a que respeitam, sendo acrescidos mensalmente os custos financeiros e fiscais (imposto de selo) inicialmente registados em rubricas próprias de acréscimos de custos.

m) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo realizável e no passivo a médio e longo prazo.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa normal de 25% em 2006, acrescida em 10% pela aplicação da Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.



Handwritten signature and initials

A RTP SGPS é tributada pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2003 a 2006 poderão ainda ser sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006.

Considerando a situação dos prejuízos fiscais acumulados e a avaliação que foi efectuada das situações em que a base contabilística é diferente da base fiscal, a RTP SGPS decidiu não contabilizar os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, por considerar que não existem condições para se poder avaliar com rigor a recuperabilidade dos impostos diferidos activos e a reversibilidade dos impostos diferidos passivos

Todavia, no cumprimento da Directriz Contabilística n.º 28, apresentam-se seguidamente as principais situações geradoras de impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006, não reflectidas nas demonstrações financeiras:

De impostos diferidos activos:

- Provisões para pensões e cuidados médicos	51.220.673,82
- Provisões para outros riscos e encargos não aceites fiscalmente	2.424.612,80
- Prejuízos fiscais reportáveis (excluindo o resultado fiscal de 2006)	714.072.419,66
Total da base	767.717.706,28
	=====

De impostos diferidos passivos:

- Reavaliação de imobilizações	641.668,94
--------------------------------	------------

Complementarmente deve referir-se o seguinte:

Os passivos por impostos diferidos foram calculados tendo em conta a comparação do valor contabilístico com o valor fiscal dos bens do imobilizado reavaliados não susceptíveis de amortização (terrenos), bem como o valor não aceite fiscalmente relativo à reavaliação dos restantes activos imobilizados corpóreos.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2006 e 2005 o número médio de trabalhadores foi de 188 e 192, respectivamente.

Handwritten signature and initials

**8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Rubricas	2006	2005
Despesas de instalação		
Despesas com aumento de capital	1.437.148,84	1.437.148,84
Amortizações acumuladas	(1.437.148,84)	(1.437.148,84)
	-	-
Despesas de investigação e desenvolvimento		
Nova imagem corporativa	634.491,43	634.491,43
Sistema de informação de gestão	1.262.088,00	1.262.088,00
	1.896.579,43	1.896.579,43
Amortizações acumuladas	(1.557.384,29)	(441.850,40)
	339.195,14	1.454.729,03
Total	339.195,14	1.454.729,03

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Reaval./ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	1.437.148,84					1.437.148,84
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.896.579,43					1.896.579,43
Propriedade industrial e outros direitos	-					-
Trespases	-					-
Arquivo Audiovisual	121.503.149,57					121.503.149,57
Imobilizações em curso	-					-
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-					-
	124.836.877,84	-	-	-	-	124.836.877,84
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	2.719.814,08					2.719.814,08
Edifícios e outras construções	10.726.234,60					10.726.234,60
Equipamento básico	9.786.556,37			(1.445.092,28)	(14.898,46)	8.326.565,63
Equipamento de transporte	632.734,22			(104.996,52)	(27.141,87)	500.595,83
Ferramentas e utensílios	48.896,60					48.896,60
Equipamento administrativo	6.566.332,30		19.662,00	(38.235,11)	(117.336,69)	6.430.422,50
Taras e vasilhame	-					-
Outras imobilizações corpóreas	156.416,78					156.416,78
Imobilizações em curso	-					-
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	17.852,53					17.852,53
	30.654.837,48	-	19.662,00	(1.588.323,91)	(159.377,02)	28.926.798,55
Investimentos financeiros:						
Partes capital empresas interligadas	73.384.330,79	(19.331.829,84)				54.052.500,95
Empréstimos a empresas interligadas	-					-
Partes de capital em empresas participadas	-					-
Títulos e outras aplicações financeiras	3.932.381,83			(1.148.679,81)		2.783.702,02
Outros empréstimos concedidos	-					-
Imobilizações em curso	-					-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-					-
	77.316.712,62	(19.331.829,84)	-	(1.148.679,81)	-	56.836.202,97
	232.808.427,94	(19.331.829,84)	19.662,00	(2.737.003,72)	(159.377,02)	210.599.879,36



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Amortizações acumuladas e ajustamentos					Transferências e abates	Saldo final
	Saldo inicial	Reaval.	Reforços	Alienações	Anulação/reversão		
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	1.437.148,84						1.437.148,84
Despesas de investigação e desenvolvimento	441.850,40		1.115.533,89			-	1.557.384,29
Propriedade industrial e outros direitos	-						-
Trespases	-						-
	1.878.999,24	-	1.115.533,89	-	-	-	2.994.533,13
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	-						-
Edifícios e outras construções	4.022.937,52		262.335,11				4.285.272,63
Equipamento básico	9.051.799,92		222.292,06	(1.443.653,77)		(14.898,46)	7.815.539,75
Equipamento de transporte	578.524,93		29.213,99	(103.257,92)		(25.856,77)	478.624,23
Ferramentas e utensílios	48.675,65		220,95				48.896,60
Equipamento administrativo	5.346.765,28		445.087,21	(38.167,39)		(107.593,90)	5.646.091,20
Taras e vasilhame	-						-
Outras imobilizações corpóreas	156.035,41		89,81				156.125,22
	19.204.738,71	-	959.239,13	(1.585.079,08)	-	(148.349,13)	18.430.549,63
Investimentos financeiros:							
Títulos e outras aplicações financeiras	86.566,84						86.566,84
Outros empréstimos concedidos	-						-
	86.566,84	-	-	-	-	-	86.566,84
	21.170.304,79	-	2.074.773,02	(1.585.079,08)	-	(148.349,13)	21.511.649,60

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Investimentos Financeiros têm o seguinte detalhe:

a) Partes de capital em empresas do grupo

Os ajustamentos efectuados resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial e referem-se às seguintes situações:

Lucro imputável à participação na RTP MP	221.477,59
Lucro imputável à participação na RDP	146.775,19
Prejuízo imputável à participação na RTP-SPT	(19.700.082,62)
	(19.331.829,84)
	=====

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.



13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2006, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custo histórico	Reavaliações	Custo reavaliado
	(a)	(a) (b)	(a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	2.296.495,57	423.318,51	2.719.814,08
Edifícios e outras construções	4.836.791,18	1.604.170,79	6.440.961,97
Equipamento básico	511.025,88	0,00	511.025,88
Equipamento de transporte	21.971,60	-	21.971,60
Ferramentas e utensílios	0,00	-	0,00
Equipamento administrativo	784.330,92	0,38	784.331,30
Taras e vasilhame	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	291,56	-	291,56
	<u>8.450.906,71</u>	<u>2.027.489,68</u>	<u>10.478.396,39</u>
Investimentos financeiros:			
Investimentos em imóveis	2.765,61	19.915,32	22.680,93
	<u>2.765,61</u>	<u>19.915,32</u>	<u>22.680,93</u>

(a) - Líquidos de amortizações

(b) - Englobam as sucessivas reavaliações

Como resultado das reavaliações efectuadas (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram aumentadas em 82.988,56 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, importa fazer referência à seguinte informação adicional relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006:

Rubricas	Implantadas em propriedade alheia		
	Território nacional	Estrangeiro	Total
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento básico	2.267.640,33	7.048,24	2.274.688,57
Equipamento de transporte	422.845,46	-	422.845,46
Ferramentas e utensílios	39.415,24	-	39.415,24
Equipamento administrativo	5.291.836,52	3.719,01	5.295.555,53
Taras e vasilhame	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	156.416,78	-	156.416,78
Imobilizações em curso	-	-	-
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-
	<u>8.178.154,33</u>	<u>10.767,25</u>	<u>8.188.921,58</u>

**16. EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS**

Em 31 de Dezembro de 2006, as empresas do grupo, participadas e associadas eram as seguintes:

a) Empresas do grupo

Empresa	Sede	Capital próprio antes dos resultados de 2006	Resultado líquido de 2006	2006	
				%	Montante
RTP - Serviço Público de Televisão, SA	Av. Marechal Gomes da Costa, 37 1849-030 Lisboa	27.582.163,07	(19.700.082,62)	100	7.882.080,45
RTP - Meios de Produção, SA	Alameda Linhas de Torres, 44 1750 Lisboa	1.871.489,93	221.477,59	100	2.092.967,52
RDP - Radiodifusão Portuguesa, SA	Av. Marechal Gomes da Costa, 37 1849-030 Lisboa	43.930.672,80	146.775,19	100	44.077.447,99
Multidifusão - Meios e Tecnologias de Comunicação, Lda	Av. Estados Unidos da América, 97 1700 Lisboa	(a)	(a)	51	4,99

(a) Empresa inactiva. Não estão disponíveis contas para o ano de 2006.

b) Outras empresas

Empresa	Sede	2006		
		%	Montante	Ajustamento/ provisão
PTDP - Plataforma de Televisão Digital Portuguesa, S.A.	Estrada de Alfragide, Km 1,5 2721 - 801 Amadora	10	4.999,00	4.999,00
Cooperativa Sinfonia	Av. Miguel Bombarda, 8 - 1º 1000 Lisboa	7	2.047,57	-
NP - Notícias de Portugal Coop. Inform.	Rua S. Domingos à Lapa, 26 1200 Lisboa	4	6.234,97	-
EURONEWS Editorial	60, Chemins des Mouilles 69130 ECULLY - FRANCE	1,64	351.556,24	-
EUROPE NEWS Operations	60, Chemins des Mouilles 69130 ECULLY - FRANCE	1 acção	12,67	-
LUSA - Agência de Notícias de Portugal, SA	R. Dr. João Couto, Lt C 1500 Lisboa	0,01	1.515,10	-
TVC - ANGOLA	R. Major Kanhangulo, 146, 1º Porta 5 Luanda - Angola	n.d.	18.529,09	18.524,10

As informações supra referidas relativas às empresas do grupo e outras participadas foram extraídas das respectivas demonstrações financeiras, nas datas indicadas. As últimas contas aprovadas correspondem ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

18. FUNDOS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa alienou a aplicação que detinha em títulos do fundo imobiliário Imodesenvolvimento. Estes títulos estavam valorizados em 1.164.643,04 Euros e o ganho, no montante de 16.492,96 Euros, obtido com a sua alienação, foi reconhecido na rubrica de Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa mantém uma aplicação colateral de títulos de fundo imobiliário composto pelos fundos Imovest, Vision Escritórios e Imosocial. O valor destes fundos foi actualizado para 2.415.594,63 Euros, com base nas respectivas cotações de mercado, tendo sido reconhecido um proveito financeiro de 55.351,56 Euros.

**21. AJUSTAMENTOS AOS VALORES DOS ACTIVOS CIRCULANTES**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos ao activo circulante:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-			-
Produtos e trabalhos em curso	-			-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-			-
Produtos acabados e intermédios	-			-
Mercadorias	-			-
	-	-	-	-
Dívidas de terceiros:				
Cientes - conta corrente	-			-
Cientes - títulos a receber	-			-
Cientes de cobrança duvidosa	21.128.302,29	279.780,20	(1.070.842,94)	20.337.239,55
Empresas do grupo	-			-
Empresas participadas e participantes	-			-
Outros accionistas / sócios	-			-
Estado e outros entes públicos	-			-
Outros devedores	15.323.424,35	477.899,91	(1.582.713,59)	14.218.610,67
Subscritores de capital	-			-
	<u>36.451.726,64</u>	<u>757.680,11</u>	<u>(2.653.556,53)</u>	<u>34.555.850,22</u>
Títulos negociáveis:				
Ações em empresas do grupo	-			-
Obrigações e tit. de part. em empresas do grupo	-			-
Ações em empresas associadas	-			-
Obrigações e tit. de part. em empresas associadas	-			-
Outros títulos negociáveis	-			-
Outras aplicações de tesouraria	-			-
	<u>36.451.726,64</u>	<u>757.680,11</u>	<u>(2.653.556,53)</u>	<u>34.555.850,22</u>

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2006 existiam dívidas de cobrança duvidosa no montante de 34.555.850,22 Euros, conforme divulgado na Nota 21. No exercício anterior as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a 36.451.726,64 Euros.

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

Saldo devedores	802.657,60
Saldo credores	32.532,25

**29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS**

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam as seguintes dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos:

Dívidas a instituições de crédito (Nota 48) 685.000.000,00

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Garantias bancárias a favor de Tribunais	781.663,05
Direcção Geral de Contribuições e Impostos	4.150.230,95
Garantias bancárias a favor de Terceiros	473.757,76
	<u>5.405.651,76</u>
	=====

As garantias bancárias a favor de terceiros em 31 de Dezembro de 2006 são a favor dos seguintes fornecedores:

- Intelsat	462.198,62
- LTE	7.075,45
- EDP	4.483,69
	<u>473.757,76</u>
	=====

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para pensões	52.101.761,90	3.086.442,00	(3.967.530,08)	51.220.673,82
Provisões para impostos	2.393.548,22	917.643,58	(3.311.191,80)	-
Provisões para processos judiciais em curso	3.905.777,99	42.754,37	(1.087.194,91)	2.861.337,45
Provisões para acidentes de trabalho	-	-	-	-
Provisões para garantias a clientes	-	-	-	-
Outras provisões	2.424.612,80	-	-	2.424.612,80
	<u>60.825.700,91</u>	<u>4.046.839,95</u>	<u>(8.365.916,79)</u>	<u>56.506.624,07</u>

Dos movimentos registados no exercício nas contas de provisões, salientam-se:

Provisões para pensões

O reforço de 3.086.442,00 Euros correspondeu ao acréscimo de responsabilidades com os complementos de reforma e cuidados médicos e a perdas actuariais, nos montantes de 430.913,00 e 2.655.529,00 Euros, respectivamente.



A redução de 3.967.530,08 Euros resultou da realização de pagamentos de pensões aos reformados beneficiários e a custos com saúde, nos montantes de 3.529.231,08 e 438.299,00 Euros, respectivamente.

Provisões para impostos

Em sequência de uma inspecção efectuada a retenções na fonte a não residentes nos exercícios de 2001 e 2002, a Empresa foi notificada a pagar 4.182.620,09 Euros em 2006.

No ano de 2005, a RTP SGPS havia procedido ao pagamento de 628.084,72 Euros e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 procedeu ao pagamento de 2.663.477,79 Euros acrescidos de juros no valor de 891.057,58 Euros.

Para fazer face a esta situação, a RTP utilizou a provisão de Dezembro de 2005, no montante de 2.393.548,22 Euros, pelo que no ano de 2006 teve apenas a necessidade de reforçar a mesma no valor de 917.643,58 Euros. O remanescente foi assumido como custo financeiro do exercício.

35. MOVIMENTO OCORRIDO NO CAPITAL

O capital social da RTP SGPS durante o ano de 2006 passou de 639.698.965,00 Euros para 710.948.965,00 Euros, na sequência do estipulado na Lei 33/2003 e no Acordo de Reestruturação Financeira, celebrado em 22 de Setembro de 2003.

O aumento do capital social, no montante de 71.250.000,00 Euros, foi integralmente subscrito pelo Estado Português, tendo sido parcialmente realizado durante o exercício de 2006, através de entradas em dinheiro.

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital subscrito e não realizado ascendia a 13.950.000,00 Euros.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social da Empresa, no montante de 710.948.965,00 Euros, era representado por 142.189.793 acções com o valor nominal de 5,00 Euros cada, estando totalmente subscrito e encontrando-se realizado, em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrita, em 696.998.965,00 Euros.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006, a totalidade do capital da Empresa era detido pelo Estado Português.

38. AUMENTO DO CAPITAL NO EXERCÍCIO

Em 15 de Junho de 2006, o capital social foi aumentado em 71.250.000,00 Euros mediante a emissão de 14.250.000 novas acções com o valor nominal de 5,00 Euros cada uma, totalmente



subscritas pelo accionista único, e parcialmente realizadas, mediante o pagamento em numerário no montante de 57.300.000,00 Euros (Nota 35).

39. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

As reservas de reavaliação registaram os seguintes movimentos durante o exercício de 2006:

	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
Decreto-Lei n.º 126/77	1.946,76		(391,19)	1.555,57
Decreto-Lei n.º 219/82	30.245,34		(847,94)	29.397,40
Decreto-Lei n.º 399-G/84	74.594,58		(3.499,04)	71.095,54
Decreto-Lei n.º 118-B/86	135.650,29		(6.415,21)	129.235,08
Decreto-Lei n.º 111/88	86.375,01		(4.066,04)	82.308,97
Decreto-Lei n.º 49/91	235.526,51		(10.364,94)	225.161,57
Decreto-Lei n.º 264/92	667.094,99		(25.516,84)	641.578,15
Decreto-Lei n.º 31/98	898.961,25		(31.887,36)	867.073,89
	<u>2.130.394,73</u>	<u>-</u>	<u>(82.988,56)</u>	<u>2.047.406,17</u>

De acordo com a Directriz Contabilística n.º 16, o excedente obtido do processo de reavaliação deve ser considerado realizado, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, pelo uso ou alienação dos bens a que respeita.

A diminuição registada nas Reservas de reavaliação está relacionada com a aplicação daquele normativo contabilístico e o correspondente valor teve contrapartida na conta de Resultados transitados.

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas do capital próprio durante o exercício de 2006 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Saldo final
Capital	639.698.965,00	71.250.000,00		710.948.965,00
Prestações suplementares	122.681.850,56			122.681.850,56
Ajust. partes capital filiais e associadas	1.389.148,52			1.389.148,52
Reservas de reavaliação	2.130.394,73		(82.988,56)	2.047.406,17
Reservas				1.623,74
Reservas legais	1.623,74			1.623,74
Reservas estatutárias	1.523.369,11			1.523.369,11
Reservas livres	8.278.720,71			8.278.720,71
Doações	43.374,20			43.374,20
Resultados transitados	(1.501.003.131,07)	82.988,56	(31.929.811,74)	(1.532.849.954,25)
Resultados líquidos	(31.929.811,74)	31.929.811,74	(24.733.115,41)	(24.733.115,41)
	<u>(757.185.496,24)</u>	<u>103.262.800,30</u>	<u>(56.745.915,71)</u>	<u>(710.668.611,65)</u>



Capital: Conforme descrito na Nota 35 e 38, registou no exercício de 2006 um aumento do capital social no montante de 71.250.000,00 Euros.

Reservas de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12).

Conforme descrito na Nota 39, a redução de 82.988,56 Euros verificada nesta rubrica resulta da aplicação da Directriz Contabilística n.º 16.

Resultados transitados: As variações verificadas em Resultados transitados resultam das seguintes situações:

- | | |
|--|-----------------|
| ▪ Ajustamento das Reservas de reavaliação resultante da aplicação da DC 16 | 82.988,56 |
| ▪ Aplicação do Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, conforme deliberação da Assembleia Geral, realizada em 27 de Dezembro de 2006 | (31.929.811,74) |

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício de 2006 foram respectivamente:

	<u>2006</u>
Conselho de Administração	1.108.056,15
Conselho de Opinião	15.930,00
Fiscal Único	17.370,60

	1.141.356,75
	=====

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As Prestações de Serviços foram integralmente realizadas no mercado interno e referem-se à Contribuição para o audiovisual, cujo valor no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 ascendeu a 53.995.474,23 Euros.

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	32.134.516,98	26.092.282,80
Perdas em empresas do grupo e associadas	19.700.082,62	20.190.997,11
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.342,54	8.774,51
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	0,01
Outros custos e perdas financeiras	1.455.322,29	1.414.648,18
	-----	-----
	53.294.264,43	47.706.702,61
Resultados financeiros	(52.592.940,00)	(46.527.275,26)
	-----	-----
	701.324,43	1.179.427,35
	=====	=====
 <u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	109.002,97	11.815,62
Ganhos em empresas do grupo e associadas	368.252,78	778.284,08
Rendimentos de imóveis	19.705,64	19.482,00
Diferenças de câmbio favoráveis	15.345,87	5.525,20
Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	189.017,17	364.320,45
	-----	-----
	701.324,43	1.179.427,35
	=====	=====

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	-	1.000,00
Dívidas incobráveis	5.718,95	120.014,00
Perdas em imobilizações	12.519,70	38.302,07
Multas e penalidades	1.348,18	41.312,42
Aumentos de amortizações	-	114,75
Correcções relativas a exercícios anteriores	514.297,04	952.742,80
Outros custos e perdas extraordinários	8.106.663,08	9.979.781,00
	-----	-----
	8.640.546,95	11.133.267,04
Resultados extraordinários	(7.194.617,77)	(3.883.468,14)
	-----	-----
	1.445.929,18	7.249.798,90
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações	11.118,01	30.227,52
Reduções de provisões	1.049.645,75	6.127.452,71
Correcções relativas a exercícios anteriores	248.269,25	552.781,81
Outros proveitos e ganhos extraordinários	136.896,17	539.336,86
	-----	-----
	1.445.929,18	7.249.798,90
	=====	=====

48. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO:EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe dos empréstimos bancários era o seguinte:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos internos	-	-	-
Empréstimos externos	36.875.000,00	863.125.000,00	900.000.000,00
Descobertos bancários	23.425.254,41	-	23.425.254,41
	-----	-----	-----
	60.300.254,41	863.125.000,00	923.425.254,41
	=====	=====	=====



Em 31 de Dezembro de 2006, os empréstimos classificados a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

2008	40.625.000,00
2009	44.375.000,00
2010	45.625.000,00
2011	47.500.000,00
2012 e seguintes	685.000.000,00
	=====
	863.125.000,00

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O saldo em 31 de Dezembro de 2006 da rubrica Acréscimos de proveitos, no montante de 13.589.553,44 Euros, inclui, entre outros, o montante de 13.454.278,19 Euros referente à Contribuição Audiovisual pendente de cobrança.

O saldo em 31 de Dezembro de 2006 da rubrica Custos diferidos, no montante de 11.734.349,95 Euros, inclui, entre outros, o montante de 11.465.212,52 Euros referente a encargos com a emissão dos empréstimos externos.

O saldo em 31 de Dezembro de 2006 da rubrica Acréscimos de custos, no montante de 20.463.923,33 Euros, inclui, entre outros, os seguintes montantes:

- 18.243.675,80 Euros referentes a juros e imposto de selo dos empréstimos a liquidar;
- 1.275.747,78 Euros referente a férias, subsídio de férias e encargos com segurança social a pagar ao pessoal;
- 110.604,52 Euros de custos com o pessoal referentes a remunerações variáveis não processadas no exercício de 2006, a serem regularizadas em 2007;
- 122.807,68 Euros referentes a responsabilidades relativas a folgas e férias vencidas em anos anteriores e ainda não usufruídas.

INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não existem matérias ambientais relevantes que possam afectar o desempenho e a posição financeira da companhia, não sendo do conhecimento da Empresa a existência de qualquer contingência de natureza ambiental, assim como não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras quaisquer custos ou investimentos relevantes de carácter ambiental.



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Conforme divulgado na Nota Introdutória, em 14 de Fevereiro de 2007 foi publicada a Lei n.º 8/2007 que estipula que a RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SGPS, S.A., passa a ter como objecto principal a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão, nos termos das Leis da Rádio e da Televisão e dos respectivos contratos de concessão, e a denominar-se RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A..

São incorporadas na RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A., a RADIO TELEVISÃO PORTUGUESA – SERVIÇO PÚBLICO DE TELEVISÃO, S.A., a RADIODIFUSÃO PORTUGUESA, S.A., e a RTP – MEIOS DE PRODUÇÃO, S.A., com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Lisboa, 30 de Março de 2007

O Técnico Oficial de Contas

O Director Financeiro

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A demonstração dos resultados por funções foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- (a) Na rubrica "Outros proveitos e ganhos operacionais" da demonstração dos resultados por funções ("DRF") encontram-se considerados os valores registados em redução de provisões e em correcções relativas a exercícios anteriores, classificados na rubrica "Proveitos e ganhos extraordinários" da demonstração dos resultados por natureza ("DRN"). Os valores registados na rubrica "Subsídios à exploração" foram igualmente incluídos em "Outros proveitos e ganhos operacionais", uma vez não serem considerados materialmente relevantes.
- (b) O valor da rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui a conta com a mesma designação da DRN, bem como a conta de "Impostos", e ainda valores registados em correcções relativas a exercícios anteriores, classificados na rubrica "Custos e perdas extraordinários" da DRN.
- (c) Os valores registados em ganhos e perdas em imobilizações, classificados em "Resultados extraordinários" na DRN, foram incluídos na rubrica "Ganhos (perdas) em outros investimentos", uma vez não serem considerados materialmente relevantes para serem autonomizados como "Resultados não usuais ou não frequentes".
- (d) Com base em informação mais detalhada obtida pela Empresa em 2006, através dos centros de custo, foi possível classificar os custos nas áreas de prestação de serviços, de distribuição e administrativa.

Lisboa, 30 de Março de 2007

O Técnico Oficial de Contas

O Director Financeiro

O Conselho de Administração

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

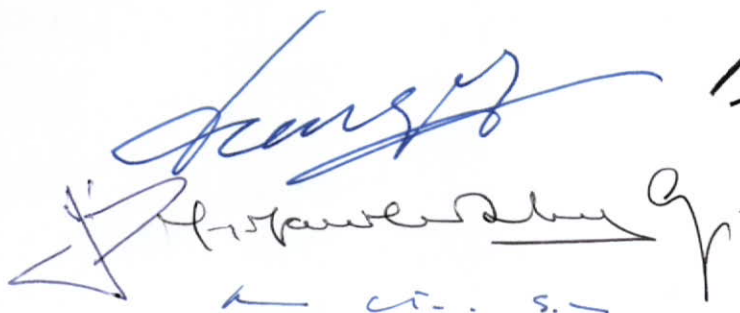
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Vendas e prestações de serviços	53.995.474,23	35.233.669,61
Custo das vendas e das prestações de serviços	<u>(2.460.423,00)</u>	<u>(3.050.070,10)</u>
Resultados brutos	51.535.051,23	32.183.599,51
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.232.835,41	5.669.285,08
Custos de distribuição	-	-
Custos administrativos	(14.272.651,40)	(12.445.290,39)
Outros custos e perdas operacionais	<u>(12.509.066,29)</u>	<u>(15.167.664,59)</u>
Resultados operacionais	27.986.168,95	10.239.929,61
Custo líquido de financiamento	(33.291.819,13)	(27.329.027,89)
Ganhos / (perdas) em filiais e associadas	(19.385.982,40)	(19.457.280,68)
Ganhos / (perdas) em outros investimentos	<u>29.307,28</u>	<u>206.391,11</u>
Resultados correntes	(24.662.325,30)	(36.339.987,85)
Impostos sobre os resultados correntes	<u>77.584,24</u>	<u>232.797,39</u>
Resultados correntes após impostos	(24.584.741,06)	(36.107.190,46)
Resultados extraordinários	(148.374,35)	4.177.378,72
Impostos sobre os resultados extraordinários	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados líquidos	<u>(24.733.115,41)</u>	<u>(31.929.811,74)</u>
Resultados por acção	<u><u>(0,17)</u></u>	<u><u>(0,25)</u></u>

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



O Director Financeiro



RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

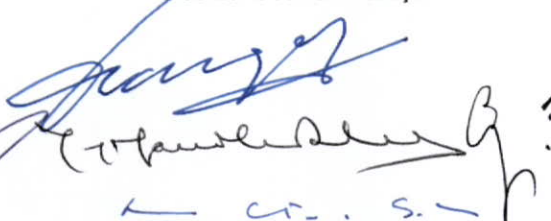
(Montantes expressos em Euros)

	2006	2005
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	54.214.603,57	36.459.870,44
Pagamentos a fornecedores	(1.259.209,21)	(2.599.047,38)
Pagamentos ao pessoal	(11.662.280,33)	(12.368.818,22)
Fluxos gerados pelas operações	41.293.114,03	21.492.004,84
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(3.284.069,80)	(147.960,83)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(39.869.610,88)	5.613.570,63
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	(43.153.680,68)	5.465.609,80
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	385.165,42	3.221.674,85
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(8.627.650,96)	(8.595.779,57)
	(8.242.485,54)	(5.374.104,72)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(10.103.052,19)	21.583.509,92
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	1.181.136,00	-
Imobilizações corpóreas	12.871,03	327.853,62
Imobilizações incorpóreas	-	-
Subsídios de investimento	-	-
Juros e proveitos similares	128.708,61	11.815,62
Dividendos	-	198.232,98
	1.322.715,64	537.902,22
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-	-
Imobilizações corpóreas	(337.056,59)	(1.703.416,07)
Imobilizações incorpóreas	-	-
	(337.056,59)	(1.703.416,07)
Fluxos das actividades de investimento (2)	985.659,05	(1.165.513,85)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-	-
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	57.300.000,00	82.799.999,16
Subsídios e doações	-	-
Venda de acções (quotas) próprias	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
	57.300.000,00	82.799.999,16
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(16.989.311,57)	(76.724.761,58)
Amortizações de contratos de locação financeira	(26.561,86)	(489.428,43)
Juros e custos similares	(31.576.228,72)	(26.247.843,42)
Reduções de capital e prestações suplementares	-	-
Dividendos	-	-
Aquisições de acções (quotas) próprias	-	-
	(48.592.102,15)	(103.462.033,43)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	8.707.897,85	(20.662.034,27)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(409.495,29)	(244.038,20)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	655.212,29	899.250,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	245.717,00	655.212,29

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O Director Financeiro




RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com a Directriz Contabilística nº 14, sendo omitidas as que não têm aplicação, ou não são relevantes para a leitura da demonstração dos fluxos de caixa.

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, bem como a conciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes no balanço naquela data, são como segue:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Numerário		
Caixa	10.231,89	8.952,79
Depósitos bancários mobilizáveis		
Depósitos à Ordem	235.485,11	646.259,50
Depósitos a prazo	-	-
Outros depósitos	-	-
Equivalentes a caixa		
Descobertos bancários	-	-
Títulos negociáveis	-	-
Caixa e seus equivalentes	<u>245.717,00</u>	<u>655.212,29</u>
Outras disponibilidades		
Outras aplicações de tesouraria	-	-
Disponibilidades do Balanço	<u>245.717,00</u>	<u>655.212,29</u>

Lisboa, 30 de Março de 2007

O Técnico Oficial de Contas

O Director Financeiro

O Conselho de Administração



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Senhor
Representante do Accionista da sociedade
Rádio e Televisão de Portugal, SA

RELATÓRIO

Cumprindo os preceitos legais e as disposições estatutárias, acompanhei, relativamente ao exercício de 2006, a actividade da sociedade **Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA**, tendo, para o efeito, procedido ao exame regular dos livros, registos contabilísticos e demais documentação, verificado o cumprimento da Lei e dos Estatutos e solicitado e obtido os esclarecimentos e informações que considere necessários e apropriados, tendo em conta as circunstâncias.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emiti o Relatório anual de fiscalização e a Certificação legal das contas, documentos que, para todos os efeitos, constituem parte integrante do presente relatório.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como os correspondentes Anexos, e o Relatório da gestão, lidos em conjunto com a Certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER

Face ao que antecede, sou de parecer:

1. Que sejam aprovadas as Demonstrações financeiras e o Relatório da gestão apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício de 2006;
2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 30 de Março de 2007

O Fiscal Único

Carlos Fernando Calhau Trigacheiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas de **Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA. (RTP, SGPS)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de balanço de 324 648 mil euros e um total de capital próprio negativo de 710 669 mil euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24 733 mil euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, bem como os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA., utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.



OPINIÃO

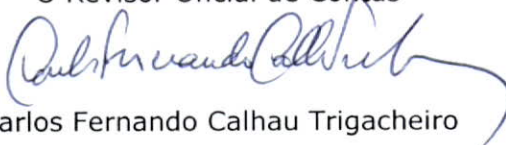
7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASES

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo precedente, entendo dever referir as seguintes situações:
- a)** Conforme se encontra completa e adequadamente divulgado na alínea c) da Nota 3 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, excepto quanto a uma participada que, para além de assumir valor sem expressão relevante, está inactiva;
 - b)** O balanço apresenta capital próprio negativo, à data de 31 de Dezembro de 2006, verificando-se a insuficiência de capital prevista no artº 35º do Código das Sociedades Comerciais. Todavia, a garantia da continuidade das operações encontra-se suportada, designadamente, pelas medidas de saneamento financeiro incluídas no Acordo de Reestruturação Financeira, subscrito em 22 de Setembro de 2003 entre o Estado Português e a RTP, SGPS (actual RTP, SA);
 - c)** A Lei nº 8/2007, de 14 de Fevereiro alterou o objecto social da RTP, SGPS (que passou a denominar-se Rádio e Televisão de Portugal, SA – RTP, SA), assumindo, a partir de 1 de Janeiro de 2007, a prestação de serviços públicos de rádio e televisão que antes era desenvolvida pelas suas participadas: Radiodifusão Portuguesa, SA. e Radiotelevisão Portuguesa – Serviço Público de Televisão, SA, respectivamente;
 - d)** Nestes termos, e também com reporte a 1 de Janeiro de 2007, a RTP, SA incorporou aquelas participadas, bem como a RTP – Meios de Produção, SA.

Lisboa, 30 de Março de 2007

O Revisor Oficial de Contas


Carlos Fernando Calhau Trigacheiro

Relatório de Auditoria

1 Examinámos as Demonstrações Financeiras anexas da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA. as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 324.647.673 euros e um total de capital próprio negativo de 710.668.612 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 24.733.115 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos contendo um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Esta responsabilidade inclui: a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude quer a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 6 abaixo, conduzimos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

4 Um exame envolve a execução de procedimentos destinados a obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao efectuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela Sociedade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das

políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pela Administração, bem como a avaliação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Reservas

6 Não foi obtida a resposta do Eurogreen Limited, referente ao pedido de confirmação de saldos e outras responsabilidades para com esta entidade financeira. Nestas circunstâncias, não se torna possível emitir opinião sobre o saldo com esta entidade, relevado em empréstimos bancários, no montante de 160 milhões de euros, nem avaliar da existência de outras responsabilidades eventualmente não registadas.

7 Conforme referido no parágrafo nº 8 do nosso Relatório de Auditoria relativo ao exercício anterior, em resultado da nossa análise à aplicação do princípio da especialização e dos ajustamentos de dívidas a receber, os custos do exercício apresentavam-se insuficientes em cerca de 1.111 milhares de euros, tendo sido registados no presente exercício, pelo que os resultados do exercício encontram-se subvalorizados no valor referido, em detrimento de resultados transitados.

8 Em 2006 foi alterada a política contabilística de reconhecimento do apoio ao ICAM, pela Radiotelevisão Portuguesa, SPT, SA. devido à assinatura do novo protocolo em 2007 entre essa entidade e aquela subsidiária da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA.. Em consequência da aplicação do método de equivalência patrimonial, nas contas da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA., caso não tivesse existido essa alteração de política os custos do exercício seriam reduzidos em cerca de 1.500 milhares de euros.

Opinião

9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo nº 6 acima e excepto quanto aos efeitos das situações referidas nos parágrafos nº 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA. em 31 de Dezembro de 2006, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa do ano então findo, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

10 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- (i) em 31 de Dezembro de 2006, o Balanço da RTP evidencia capitais próprios negativos de cerca de 711 milhões de euros, pelo que se constata que se encontra perdido mais de metade do capital social da Empresa. Nestas circunstâncias, a adopção do conceito de continuidade das operações, subjacente à preparação das

Demonstrações Financeiras é assegurada através do reforço do apoio financeiro que vem sendo prestado pelo accionista único, conforme previsto no acordo de Reestruturação Financeira subscrito pelo Ministro da Presidência e pela Ministra das Finanças. Assim, tendo em vista o cumprimento dos requisitos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, a Administração pretende promover a alteração desta situação, através do contínuo apoio do accionista, por forma a ultrapassar a referida situação de perda de capital. Adicionalmente, em resultado de a empresa ser concessionária do serviço público de televisão, e como contrapartida do cumprimento das obrigações do serviço público de televisão o Estado obriga-se a atribuir anualmente à Empresa compensações financeiras que revestem a forma jurídica de indemnizações compensatórias destinadas a suportar o respectivo custo real;

- (ii) conforme referido na nota 48 do anexo, em 14 de Fevereiro de 2007 foi publicada a Lei n.º 8/2007 que estipula que a Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA., passa a ter como objecto principal a prestação dos serviços públicos de rádio e de televisão, nos termos das Leis da Rádio e da Televisão e dos respectivos contratos de concessão e a denominar-se Rádio e Televisão de Portugal, SA.. São incorporadas na Rádio e Televisão de Portugal, SA., a Radiotelevisão Portuguesa, SPT, SA., a Radiodifusão Portuguesa, SA., e a RTP – Meios de Produção, SA., com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Lisboa, 31 de Março de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.